



**Acta da Assembleia Geral da Associação
Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas**

---- No dia trinta do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte, às dezanove horas, reuniu na Sala de Actos do Instituto Superior de Agronomia, sito na Tapada da Ajuda, freguesia de Alcântara, em Lisboa, em segunda convocatória, a Assembleia Geral Ordinária da associação de direito privado denominada “**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS**”, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 501 821 457, com sede na Tapada da Ajuda, 33, em Lisboa.-----

---- A Assembleia foi regularmente convocada nos termos legais e estatutários, sendo os seguintes os pontos da ordem de trabalhos constantes da Convocatória enviada por via postal a todos os Associados, tendo sido complementarmente enviada por correio eletrónico, objeto de publicação num boletim informativo editado especialmente para o efeito, e divulgada em todas as redes sociais oficiais da APAP:-----

Ponto Um: Apreciação e análise dos Programas de Ação apresentados pela Direção para o mandato de 2019-2020;-----

Ponto Dois: Apreciação e análise do Relatório de Atividades relativo ao ano de 2019 e do Relatório de Atividades relativo ao 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2020;-----

Ponto Três: Apreciação e votação do Relatório, balanço e contas relativos ao exercício de 2019;-----

Ponto Quatro: Análise e votação do Plano de Ação para o ano de 2020;-----

Ponto Cinco: Análise da atual instalação da Sede, propostas e votação de alternativas propostas;-----

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

N.I.P.C. 501 821 457

Calçada Marquês de Abrantes, n.º 45, 2.º andar direito

1200-718 Lisboa



Ponto Seis: Processo de regulamentação profissional, relacionamento, passado, presente e decisão sobre o futuro com a DGERT. -----

---- A Assembleia foi presidida pelo Presidente da Mesa Arq.º Paisagista Carlos Manuel Ribas da Silva, encontrando-se igualmente presentes os dois Secretários Arq.ª Paisagista Clara Martins Caldeira da Ponte e Sousa (por videoconferência) e Arq.º Paisagista Francisco de Herédia Caldeira Cabral.---

----- Considerando o atual contexto decorrente do impacto do Coronavírus - COVID-19 e as medidas de contingência aprovadas neste âmbito, foi admitida a participação dos Associados na Assembleia-Geral através de videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.º 1 da Lei 1-A/2020 de 19 de Março. -----

----- À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes 26 membros “Associados Efetivos”, dos quais 17 participaram por videoconferência, conforme lista de presenças organizada no início da presente Assembleia que fica arquivada na Pasta de Documentos de Apoio ao Livro de Atas da Assembleia Geral, pelo que a Assembleia se encontra em condições de poder deliberar validamente, em segunda convocatória.-----

----- O Presidente da Mesa deu início à sessão, passando a ser analisados e discutidos pela ordem indicada, os pontos constantes da ordem de trabalhos.

---- A Secretária da Direção Arqª Paisagista Sónia Talhé Azambuja tomou a palavra e, em nome da Direção, efetuou a análise e à discussão dos **pontos um, dois e quatro** da ordem de trabalhos. O ponto quatro foi aqui tratado pelo facto de esta Assembleia se realizar no mês de Setembro, dado todas as condicionantes decorrentes do momento histórico que atravessamos, o que faz com que nesta data muitos dos assuntos deste plano já se encontrem realizados. O Presidente da Direção Arq.º Paisagista Jorge Cancela completou a análise do **ponto um** da ordem de trabalhos, fazendo uma breve



exposição e apresentação da lista dos diversos objetivos estabelecidos pela Direção no início do biénio do seu mandato, distinguindo os que foram atingidos e os que estão ainda em vias de concretização, salientando que não houve nenhum objetivo não atingido. Posto à votação o ponto quatro, foi aprovado por unanimidade dos Associados presentes. -----

---- Passando à análise do **ponto três** da ordem de trabalhos, pediu a palavra a Arq.^a Paisagista Helena Barros Gomes e, na qualidade de Tesoureira, efetuou a apresentação do Relatório e Contas 2019 e dos diversos documentos contabilísticos relativos ao exercício de 2019. Respondendo às recomendações mais relevantes do parecer do Conselho Fiscal, mencionou que o aumento das despesas com remunerações foi considerado uma necessidade que se provou essencial, principalmente na altura de fazer face às condicionantes derivadas da pandemia da Covid-19. O Presidente da Mesa fez referência ao sentimento generalizado em relação aos motivos que levaram a alguns desequilíbrios financeiros no corrente exercício, sendo considerado um exercício com muitas iniciativas, que se traduziu numa forte despesa e, em consequência, resultou num défice de contas expressivo. Foi mencionada a necessidade de equilibrar as contas, sendo o desejável, não reduzir a atividade, mas antes aumentar as receitas, podendo, deste modo, manter o nível de atividade com equilíbrio de contas. A Tesoureira da Direção salientou que, apesar de não haver resultados validados da execução de 2020 à presente data, as receitas extraordinárias correspondentes à devolução de IVA e a apoios de instituições no âmbito do projeto “Tudo é Paisagem” totalizam cerca de 20.000 € que comparam com o montante negativo apurado em 2019. Não havendo ulteriores questões, foi posto à votação o ponto três da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados por

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

N.I.P.C. 501 821 457

Calçada Marquês de Abrantes, n.º 45, 2.º andar direito
1200-718 Lisboa



unanimidade dos Associados presentes o Relatório, o balanço e as contas relativas ao exercício de 2019.-----

----- Passando à análise e discussão do **ponto cinco** da ordem de trabalhos, o Presidente da Direção fez uma breve análise da situação atual da sede da APAP, dizendo que, desde Março de 2020, todos os procedimentos se vêm processando de maneira remota e em teletrabalho pelo que não existe utilização física da sede. Atendendo, também, a que as consultas feitas permitiram concluir que o mercado de arrendamento se mantém em valores considerados demasiado elevados, propõe a Direção manter o atual contrato de arrendamento com o ISA, remetendo-se o tema da eventual mudança da sede para os próximos órgãos sociais, em função do acompanhamento da evolução da situação Covid-19. Submetida à votação a proposta da Direção, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes no sentido de se manter o atual contrato de arrendamento com o ISA. Em consequência, e dado que, neste momento, não existem propostas nem outras alternativas para instalação da sede, deu-se por concluída a análise do ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- Entrando na análise do **ponto seis** da ordem de trabalhos, o Presidente da Direção apresentou o teor de carta da DGERT recebida neste mesmo dia, 30-09-2020, correspondendo ao parecer sobre o objeto da petição 555/XIII/4ª, enviado por aquela Direcção-Geral à Comissão do Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República, a pedido desta (Resposta a Ofício nº1699 de 14/06/2019 da CTSS). No parecer, a DGERT identifica claramente o modo como a Lei 31/2009 (e sucessivas alterações) "não só permite, como até parece exigir, a inscrição obrigatória de uma classe profissional numa associação profissional, mesmo que não seja pública (ao total arrepio da CRP) mas estabelece expressamente que só associações

públicas profissionais (...) podem estabelecer protocolos de definição de qualificações específicas exigíveis para o exercício de actos profissionais”, alertando para uma “eventual diferença de tratamento entre as profissões de Engenheiro, Engenheiro Técnico, Arquitecto e Arquitecto Paisagista” naquilo que respeita a igualdade e proporcionalidade, instando a Assembleia da República a decidir se, em nome do interesse público, deve ou não ser aprovada a criação a Ordem dos Arquitectos Paisagistas. Este parecer subscreve integralmente a argumentação apresentada pela APAP em sede de petição, junto da CTSS da AR e junto da própria DGERT, em 21-05-2019.-

----- Finalmente, por proposta do associado Arq.º Paisagista Leonel Fadigas, foi deliberado por unanimidade dos associados presentes, conferir um voto de confiança aos membros da Mesa da Assembleia para elaborar a acta da presente reunião. -----

----- Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembleia Geral cerca das vinte e uma horas e trinta minutos e lavrada a presente acta que depois de lida vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários presentes em sinal de concordância com o seu teor. -----

(Arq.º Carlos Manuel Ribas da Silva)

(Arq.ª Clara Martins Caldeira da Ponte e Sousa)

(Arq.º Francisco de Herédia Caldeira Cabral)